

A Amazônia criadora

E. P. Barbosa da Silva *

Em operação classificada por um porta-voz da Embaixada do Brasil, em Londres, como uma hábil jogada de marketing, a entrada da chancelaria em Green Street foi bloqueada por pilhas de sacos com correspondência em que os missivistas pediam que o Brasil pusesse termo às queimadas na Amazônia.

Jogada de marketing ou não, parece que nossos amigos ingleses estão, de fato, preocupados com as queimadas no Norte do nosso país, a ponto de justificar do sisudo *Economist* um editorial, anunciado dramaticamente na capa da edição da semana de meados de setembro, sob o título *The month Amazonia burns!*

Nem de propósito, em artigo do *JB* de 18 de setembro, o sr. Victor Sadek Fº, com propriedade, pede que *Deixem a Amazônia em paz!* Acredito que a onda é de tal modo popular hoje na Europa e nos Estados Unidos, que melhor seria aproveitar-se o embalo, no contexto do programa *Nossa Natureza*, para anunciar-se o zoneamento da Amazônia legal, com diretrizes para conservação das microrregiões que devam permanecer intocadas, e aquelas que podem ser ocupadas como reservas extrativistas etc. Verdade é que os órgãos de pesquisa nacionais, com apoio público ou privado, oriundos do país e do exterior, deverão ser prestigiados pelo governo e pelas Forças Armadas, já que o garimpo aventureiro é ameaça demoníaca à paz que deveria reinar na Amazônia, a fim de que os amazônidas possam, com renovado sentido de responsabilidade, explorar inteligentemente os recursos da floresta.

O zoneamento indicado irá identificar as zonas de cerrado e as várzeas, onde se poderão desenvolver a agricultura e a pecuária, sem molestar a natureza. Para que não se provoque a desorganização da indústria madeireira seria importante que o reflorestamento com espécies nativas fosse programado e vigiado com rigor. Deve-se ter presente reflorestamento de verdade e não de papel, só pra inglês ver! E nem se diga que o crescimento de tais árvores é lento, pois lento é o crescimento das essências na região do norte dos Estados Unidos, Canadá e Europa, onde se fala em maturação de 80 a 120 anos para os plantios realizados. E as reservas que não deixam de ser mantidas são a garantia de sobrevivência não só da indústria madeireira usual, como também de pujantes indústrias de polpa de papel.

Em seu artigo, o sr. Sadek Filho, apesar de conceitos bem colocados sobre uma exploração racional da floresta tropical úmida, comete, talvez inadvertidamente, uma clamorosa injustiça, ao estender ao Projeto Jari o conceito de fiasco que aplicou à Transamazônica. Esta, de fato, foi mal concebida e muito esforço terá ainda que ser despendido pelo governo e pelo país para abrandar a agressão ecológica a que deu lugar por falta de planejamento.

Já no tocante ao Jari, o caso foi totalmente diverso. A visão criadora desse grande pioneiro, Daniel K. Ludwig, levou à introdução de atividades florestais e de mineração de porte nunca antes imaginado na região. Implantou mais de 100 mil hectares de florestas industriais (*gmelina arborea*, *pinus caribaea* e eucaliptos) e montou um soberbo parque industrial para a produção de polpa e de papel. A sua preocupação com a proteção dos caudais foi tão grande que a usina de polpa conta com tanques de decantação de efluentes

em área de 156 ha. Os últimos tanques já tinham água tão pura que ali podiam ser encontrados peixes. A proteção dos efluentes da usina de caulim mereceu o mesmo cuidado.

Hoje, com produção de celulose que se aproxima de 300 mil/t ano e de caulim com quase outro tanto, dificilmente se poderia dizer que o Projeto Jari foi um fiasco, em que pese o acidente que provocou a interrupção do Projeto de Arroz em S. Raimundo (Almeirim, PA). Este último mostrou que, se for resolvido o problema genético de variedades de arroz adaptáveis às várzeas amazônicas, as mesmas podem, com duas colheitas por ano, abastecer o país, com sobras para exportação.

Além da celulose e do caulim, muito promete outra iniciativa do sr. Ludwig, a bauxita refratária.

Todo o complexo industrial é alimentado por uma termoeletrica de 55 MW. Ai também, preocupado em poupar reservas florestais, o sr. Ludwig deixou a semente de estudos para o aproveitamento do potencial hidroeletrico do Jari. Na 1ª fase, deve ser posta em funcionamento a Usina Hidroeletrica de Santo Antonio, para 100 MW, (a fio d'água), a qual, além de suprir o Jari, ainda poderá vir a ter sobras para fornecer ao vizinho Amapá.

Aproveitamentos sucessivos, utilizando os desniveis a montante de Sto. Antonio, poderão multiplicar muitas vezes a produção da primeira usina, sem os alagamentos tão criticados, em esferas internacionais, pois a bacia natural da região montanhosa não favorece os espraiamentos temidos.

A Usina de Sto. Antonio já teria podido estar funcionando, mas a elaboração do projeto e a sua tramitação só agora permitem que se possa antever o fim da operação da termoeletrica, a qual, como instalação *stand-by*, será alimentada, de futuro, pelo licor negro e eventuais sobras de madeira geradas pelo aproveitamento das florestas plantadas.

E, para tranquilizar aqueles que, como o sr. Sadek Filho, não sentiram ainda de perto a maravilhosa criação do sr. Daniel Ludwig, a vila de Monte Dourado, com seus 12 mil habitantes em casas confortáveis, situadas em ruas bem traçadas, é viva ilustração de que se estabeleceu no Jari um exemplo, em grande escala — hoje mantido por um consórcio de empresas brasileiras —, para outros pólos de desenvolvimento na Amazônia.

Como já disse em outra ocasião no próprio *JB* (4/4/89), em vez de limitar a ação dos gestores do Projeto Jari em zelar pela preservação de toda a área do mesmo, seria patriótico que se regularizassem os títulos daquelas terras. A ocupação ordenada e saudável daquele espaço viria impedir a ação de predadores aventureiros, encorajados pelo vácuo do poder. Dê-se ao Jari a plena responsabilidade pela administração daquele espaço e ter-se-á um imenso campo de provas para testar a formação de núcleos de população representativos do que se pode desejar que seja a civilização brasileira dos trópicos úmidos. O que o Jari precisa é de tranquilidade para o trabalho, orgulho daqueles que ali se radicaram, por saber que estão criando um novo Amazonas, com todas as suas belezas, emoldurando uma bem-sucedida fonte de riqueza, conforme foi o sonho de Daniel Ludwig. Perdoem-me o reparo, mas quem conhece o Jari não poderá acimá-lo de fiasco. É uma grande obra que honra seu idealizador e que enobrece os que ali labutam.

* Ex-presidente da Cia do Jari

“Para que não se provoque a desorganização da indústria madeireira na Amazônia seria importante que o reflorestamento fosse programado e vigiado com rigor.”